

1. A crise em que vivemos tem hoje dimensões mundiais. Os seus pontos fulcrais são a estagnação e a ineficácia dos esforços que nos últimos 9 anos têm sido feitos para o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional (isto é, uma ordem económica baseada em novas condições internas para o desenvolvimento de cada país e em novo tipo de relações entre países de modo a favorecer esse desenvolvimento) bem como a incapacidade prática das instâncias inter-governamentais funcionarem como mecanismos reguladores dos conflitos entre nações.
2. Esta profunda crise internacional não pode ser escamoteada. ~~É preciso reconhecê-la no que tem de estrutural.~~ É preciso sobretudo verificar que ao tocar nas premissas do processo de industrialização e da ciência económica que lhe tem servido de suporte, a crise económica põe problemas radicalmente novos à democracia. Com efeito as estruturas democráticas desenvolveram-se em simultaneidade com as várias etapas do processo de industrialização dos países do hemisfério Norte. Floresceram até aos nossos dias em situações em que o fácil acesso às matérias primas, a utilização de mão-de-obra barata, e a sempre possível abertura de novos mercados, criavam um postulado de crescimento económico mais ou menos intenso consoante as capacidades de gestão dos recursos das equipas dirigentes. Por outras palavras, a democracia hoje tem de viver e aprofundar-se num universo de escassez, relativamente às normas e aos costumes adquiridos.
3. A crise económica e financeira em que Portugal está mergulhado, se tem algumas causas que lhe são próprias, participa em larga escala desta crise internacional. Dize-lo é afirmar que não há soluções milagrosas e que novos caminhos têm de ser encetados. Não pode haver neste momento um horizonte ilimitado para o povo português; mas pode e deve haver um horizonte claro e sem equívocos. A política económica e financeira que se limitasse a

copiar hoje para Portugal as soluções que outros países adoptaram há 30, 40 ou 50 anos não faria senão aumentar de forma incontrollável a crise que nos afecta uma vez que essas receitas nem sequer hoje têm préstimo para resolver os problemas dos países que as utilizaram.

4. É neste contexto que a crise, complexa e grave, que afecta o país deve ser equacionada. Dela são frequentemente mencionados pelos responsáveis políticos os indicadores óbvios: a inflação, o desequilíbrio externo, o deficit financeiro do Estado.

Para enfrentar a situação que tais indicadores revelam está a ser adoptado no nosso país um programa de gestão conjuntural de emergência. Desse programa constam as medidas tradicionais largamente utilizadas por países com variações desses indicadores equivalentes aos nossos. Essas medidas são, grosso modo: contenção de salários, redução das despesas públicas, aumento das taxas de juro, aumento dos impostos, desvalorização da moeda. Supõe-se que, directa ou indirectamente, cada uma dessas medidas venha a ter um efeito positivo nos indicadores referidos e a atenuar assim os efeitos financeiros da crise.

Essa influencia é irrecusável, se nos reportarmos ao mero equilíbrio entre os indicadores e se os referenciarmos às economias dos países altamente industrializados em que os indicadores de satisfação das necessidades básicas da população não se podem comparar aos indicadores relativos a Portugal.

5. Se noutro quadro geral de desenvolvimento económico e de bem-estar social de toda a população tais medidas se podem ainda traduzir numa melhoria da situação, tal não acontece num país em que as condições de vida da população se encontram quanto aos indicadores de satisfação



das necessidades básicas abaixo de níveis aceitáveis para uma vida digna. No nosso caso, o reflexo das medidas curativas tomadas vai precisamente no sentido de agravar os efeitos que mais directamente atingem a população: reduz-se o poder de compra e aumenta-se o desemprego.

Dir-se-ia que a terapêutica visa a cura do paciente que seria o país ente abstracto à custa do agravamento dos males que atingem os cidadãos que dão consistência e corpo a esse mesmo país.

6. É certo que apesar deste carácter paradoxal dos efeitos negativos de uma gestão de emergência que é, por definição, orientada pelo desejo de salvar o país da crise em que se encontra, tem de afirmar-se o seu carácter quase inevitável dentro das premissas económicas e políticas vigentes.

4

~~Aqui e além poderiam introduzir-se correcções que seriam, apenas variações dentro da mesma lógica do sistema económico e reforçado pela sua preponderância nos países que ainda que em menor grau têm de fazer face aos mesmos males. Seriam necessárias soluções qualitativamente diferentes das que estão sendo adoptadas - isto é, precisaríamos de um esquema económico que nos permitisse reduzir a inflação e os desequilíbrios do deficit externo e do deficit do Estado, sem consequências temporariamente gravosas para as condições de vida da população.~~

Ora tal esquema económico implicaria um conjunto de adaptações estruturais que estando potencialmente inscritas na Constituição da República Portuguesa não têm no entanto ainda consistência institucional própria. Podem citar-se a título meramente indicativo os instrumentos economico-financeiros que resultariam da aplicação dum esquema fiscal integrado, e sobretudo da introdução de esquemas polimórficos de auto-gestão a todos os níveis da prestação de serviços ou da produção de bens.

